

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Fato raro.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Petrobras perde mercado em combustíveis.....	2
Título: Olha o gás.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: State Grid pretende retirar CPFL Energia da bolsa	4
Título: Estatal russa começa perfuração no Brasil	4
Título: Exploração de ouro causa tensão em cidades históricas.....	5
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	7
Título: O perigoso comércio ilegal de gás de cozinha	7
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Conteúdo local terá 'macrossegmentos'	9
Título: Consumo de combustível deve voltar a crescer este ano, projeta ANP	11
Título: Setor extrativo volta a ajudar economia este ano	12
Título: Desafios aproximam Petrobras e Pemex	14
Título: Eólica da Rio Energy recebe R\$ 850 milhões do BNDES	16
Título: Cosan prevê desempenho mais forte em 2017	18
Título: Vale terá executivo de mercado, diz Temer	18
Título: Mineradora bate recorde na produção de minério de ferro.....	20

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: Fato raro**

Um encontro reuniu, ontem, membros dos conselhos da Petrobras e da Eletrobrás com a diretoria do BNDES.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Petrobras perde mercado em combustíveis**

Com preços mais altos do que o mercado internacional durante boa parte do ano, a Petrobras perdeu participação no suprimento de combustíveis ao mercado brasileiro no ano passado.

A perda ocorreu tanto nas importações de produtos quanto na venda no varejo, que é feita por meio da subsidiária BR Distribuidora.

A empresa, que foi responsável por 83,7% das importações de gasolina em 2015, teve a participação reduzida para 59,7%, segundo a ANP (agência reguladora do setor). No caso do diesel, a queda foi de 84,2% para 16,4%.

Essa queda ocorreu, na avaliação da ANP, porque a Petrobras manteve, na maior parte do ano passado, preços acima das cotações internacionais. Isso abriu "janelas de oportunidade" para que outras empresas atacassem o mercado da estatal.

No caso do diesel, a ANP calcula que o preço da empresa ficou, em média, 35% superior às cotações internacionais até novembro.

Em outubro, diante da perda de mercado, a empresa atualizou sua política de preços, passando a acompanhar mais de perto os valores cobrados no exterior, com avaliações mensais das condições de mercado. As importações representaram, em 2016, 12% do mercado brasileiro de diesel e 8% do de gasolina.

De acordo com a ANP, 41 novas empresas pediram para importar combustíveis em 2016. Entre os importadores privados, estão distribuidoras

como Ipiranga e Raízen (que opera com a marca Shell) e tradings especializadas em comércio de combustíveis.

No varejo, a estatal também registrou perda de participação de mercado nos três principais produtos. No caso do diesel, a fatia da BR caiu de 37,47% para 33,47%. No mercado de gasolina, a queda foi de 27,72% para 25,39%.

Nestes dois casos, a companhia segue líder de mercado, seguida pela Ipiranga no diesel (com 21,95% das vendas) e pela Raízen (20,52%). Com aumento das importações e queda no consumo, a Petrobras reduziu a produção interna de diesel em 8%.

No mercado de etanol hidratado, a fatia da BR caiu de 20,3% para 17,1%, ficando atrás da Raízen.

A Petrobras disse que "considera positiva a presença de outros agentes participando do suprimento da demanda brasileira" e que seu foco é maximizar os resultados e a geração de caixa.

Já a BR Distribuidora diz que seu plano de negócios prevê o aumento da fatia de mercado, com ações como crescimento da rede e campanhas de marketing.

As vendas de combustíveis no país caíram 4,5% em 2016

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Olha o gás

A transparência na formação dos preços do gás de petróleo liquefeito (GLP) será um dos pleitos do setor no programa federal que será lançado na próxima segunda (20) para discutir mudanças na cadeia de combustíveis.

Em 2016, o preço médio do botijão aumentou até 4% —o valor varia segundo a região.

"Não há um sinal claro da Petrobras [que vende o gás às distribuidoras] sobre a variação em 2017", diz o presidente do Sindigás (do setor), Sergio Bandeira de Mello.

"Historicamente, houve artificialidade nos preços. A falta de transparência afasta investimentos privados."

A pauta deverá ser discutida no âmbito do programa Combustível Brasil, que será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, pela ANP (agência reguladora) e pela EPE (de estudos do setor).

A comercialização de GLP cresceu 1,2% em 2016. Ao menos 72% do consumo é residencial, mas as vendas a granel, que se referem à indústria, também subiram 1,1%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: State Grid pretende retirar CPFL Energia da bolsa

A chinesa State Grid informou que pretende deslistar sua controlada CPFL Energia e retirar as ações da empresa de circulação do segmento da BM&FBovespa denominado Novo Mercado, além de cancelar o registro de companhia aberta da elétrica nos Estados Unidos, segundo comunicado da CPFL nesta quinta-feira.

Os chineses, que recentemente compraram o controle da CPFL em uma transação bilionária, farão uma oferta pública para comprar o restante das ações da companhia por um preço de 25,51 reais por papel.

A CPFL disse que realizará uma assembleia de acionistas para deliberar sobre o assunto.

Uma das providências que a CPFL deverá tomar agora é contratar uma instituição ou empresa especializada para elaborar um laudo de avaliação sobre o valor justo da companhia.

Pelas regras do Novo Mercado, se o preço oferecido pela State Grid pelas ações for inferior à faixa de preço justo, a chinesa deverá realizar apenas uma oferta pública devido à alienação do controle da CPFL, mas poderá efetivar a oferta para deslistar a empresa e retirá-la da BM&FBovespa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Estatal russa começa perfuração no Brasil

A Rosneft, estatal de petróleo da Rússia, começou a perfurar seu primeiro poço de exploração na bacia brasileira do rio Solimões, comunicou ontem a empresa. A companhia comprou uma participação de controle no projeto de petróleo e gás

na região amazônica da PetroRio em 2015. "A Rosneft planeja perfurar ao menos quatro poços nesta campanha de exploração com o plano de obter informações geológicas para determinar o potencial de recursos de hidrocarboneto na bacia do Solimões", informou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Leonencio Nossa e Dida Sampaio

Título: Exploração de ouro causa tensão em cidades históricas

Enquanto uma parte dos moradores de Paracatu se beneficia de empregos em mineradora, outra parcela teme acidentes e arsênio

Ponto de travessia do bando de Riobaldo de Minas Gerais para Goiás, a cidade histórica mineira de Paracatu vive um conflito sobre a exploração industrial de ouro numa mina a menos de 300 metros do perímetro urbano. Nos anos 1980, a empresa canadense Rio Paracatu Mineração, rebatizada de Kinross, obteve do governo a concessão do Morro do Ouro, onde pequenos garimpeiros tiravam ouro em bateias. A mineradora cercou a área, pôs vigias na mina e começou a comprar lotes e sítios de antigos moradores. No tempo de Guimarães Rosa, o Morro do Ouro tinha uma série de cachoeiras e córregos. Aos poucos, a mineradora foi rebaixando o morro e formou uma cratera, que chama a atenção de quem percorre a BR- 040, entre Belo Horizonte e Brasília, bem ao lado do casario histórico de Paracatu, antiga Vila de Paracatu- do-Príncipe, cidade de 90 mil moradores.

Parte das igrejas, vendas e casas coloniais de Paracatu que existiam no tempo de Grande Sertão: Veredas ainda está de pé. No livro, o jagunço Zé Bebelo, que chefou o bando de Diadorim e Riobaldo, incentiva seus homens a sonhar em passar por cidades importantes e fala de Paracatu em tom grandiloquente. "Ainda quero passar, a cavalos, levando vocês, em grandes cidades! Aqui o que me faz falta é uma bandeira, e tambor e cornetas, metais mais... (...) Eh, vamos no Paracatú-do-Príncipe!...", afirma Zé Bebelo. Em Paracatu, temores sobre chegada de fiscais do governo para inspecionar garimpos ou bandos de jagunços saqueando comércio, casas e fazendas ficaram para trás. Hoje, a preocupação é com o nível, no ar e nas águas, de arsênio, elemento químico que tem substituído o mercúrio nas explorações de ouro. A Kinross diz que não usa arsênio na cidade.

Mas a substância é encontrada em abundância nas rochas explodidas pela mineradora. O conflito se acirrou em 2015, quando a barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana, se rompeu. Isso porque a Kinross construiu duas barragens, Santo Antônio e Eustáquio, para jogar efluentes industriais. Diferentemente da barragem de Mariana que ficava em área rural, as duas

barragens de rejeitos de Paracatu são vizinhas de bairros residenciais. Com 1,2 mil empregos diretos, a mineradora divide a cidade. Moradores com parentes empregados na mina são acusados de ameaçar quem critica a empresa. O dono de oficina Neuton José da Silva, de 48 anos, diz que são comuns bilhetes deixados debaixo de portas e telefonemas anônimos com ameaças. "Aqui você não pode abrir a boca para comentar esse caso." Quando a barragem de Mariana se rompeu, um grupo do Ministério Público de Minas disse em audiência pública à população que não havia risco de acidente.

Pela avaliação do Cadastro Nacional de Barragens de Minérios, relatório do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), as barragens da Kinross estão na categoria "Baixo Risco". Essa classificação foi a mesma dada à barragem de Mariana. Tanto as barragens de Paracatu quanto a da Samarco foram classificadas ainda na categoria "Alto Dano Potencial Associado", referência ao que pode ocorrer em caso de rompimento. O Estado procurou o DNPM, mas o órgão não se posicionou. O chefe do Departamento de Meio Ambiente da Kinross em Paracatu afirma que, logo após o acidente de Mariana, a empresa fez mais de 15 reuniões com comunidade e autoridades para discutir a questão. Ele ressalta que a barragem de Santo Antônio não recebe novos rejeitos, embora continue ligada à linha de produção, por meio da água que circula entre o depósito e a mina. A empresa está num processo de fechamento da barragem.

"A gente fica tranquilo hoje para dizer que tudo que pode ser feito em segurança de barragem está sendo feito." Morador de Paracatu, o professor e geólogo José Márcio Santos afirma que há um nível de arsênio acima do recomendado em águas subterrâneas, rios e córregos. Ele apresenta análise da urina de 37 moradores – 29 adultos e 8 crianças – das margens do Ribeirão Santa Rita, feita entre abril e julho de 2016. Segundo ele, 70% dos exames mostraram concentração elevada de arsênio e a amostra indicou presença de 18 microgramas de arsênio em cada grama de creatina, nível acima do tolerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 10 microgramas. Em alguns casos, a concentração chegou a mais de 200% do nível aceitável, afirma.

"Essa população deveria receber acompanhamento especial." Ele observa que, em seu estado natural, o arsênio não traz riscos, mas num processo industrial como o da exploração de ouro se torna veneno. A Kinross apresentou vários estudos em sua defesa. Marcos do Amaral Moraes, chefe do Departamento de Meio Ambiente, diz que a empresa minimiza impactos na cidade com barreira acústica para evitar barulho de explosões, monitoramento de ruídos e cinco estações que analisam nível da poeira, de hora em hora. Ele relata que uma parte do efluente industrial da mina, o resíduo não perigoso, é jogada nas barragens e o arsênio vai para tanques específicos e selados, com proteção de argila, que funciona como barreira química.

A empresa ainda reutiliza a água, evitando que seja jogada em rios e córregos. "Estudos indicam que a exposição de arsênio em Paracatu é muito baixa. Você não encontra arsênio na água consumida na cidade", afirma. Dúvidas. A única pesquisa oficial de grande porte sobre a qualidade da água e do ar em Paracatu começou a ser feita em 2010. O estudo coordenado por Zuleika Castilhos, pesquisadora do Centro Tecnológico de Pesquisa Mineral (Cetem), não diminuiu as dúvidas. Em nota, o órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia informou que o estudo indicou que mais de 95% das mil pessoas examinadas apresentaram baixos teores de arsênio na urina.

Embora tenha ressaltado que "águas de abastecimento doméstico de Paracatu também mostraram baixos teores de arsênio", o texto registrou que "teores de arsênio em águas superficiais e solos se mostraram, via de regra, acima do estipulado pela legislação brasileira para consumo humano". O texto ainda ressalta que "empregados da mineradora, que são também moradores do município, não participaram da pesquisa, embora tenham sido convidados". "As razões para a não participação são incertas, mas se pode afirmar que esse grupo é mais vulnerável à exposição ao arsênio do que a população em geral." Relatório feito por um representante do Ministério Público informou que a pesquisa teve problemas.

Exames tiveram de ser refeitos após falhas no equipamento do Instituto Evandro Chagas. Ainda segundo o documento, novos exames mostraram que cinco moradores apresentaram nível de arsênio acima de 100 ug/L, considerado elevado, e outros dez acima de 50 ug/L, índice que indica alerta. A gerente de Comunicação e Relacionamento com a Comunidade da Kinross, Ana Cunha, afirma que a empresa tem preocupação em ser "bom vizinho". "A gente é parte de Paracatu. Somos responsáveis por 15% a 20% dos empregos da cidade." O Ministério Público de Minas informou que o procurador que cuidava do município foi transferido.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Flávia Maia

Título: O perigoso comércio ilegal de gás de cozinha

A venda clandestina de gás de cozinha no Distrito Federal tem ganhado vários contornos e deixado a segurança dos consumidores em risco. Nem mesmo o cerco às revendas não autorizadas nos últimos anos tem conseguido barrar o comércio ilegal na capital do país. Segundo estimativas da Associação Brasileira das Empresas de Gás (Abragás) a proporção é de quase 10 revendas irregulares para cada uma legalizada. O crescimento da atividade ilegal está ligado a pouca fiscalização da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que só pode agir por

denúncia, e de órgãos de fiscalização locais, como a Agência de Fiscalização (Agefis) e as administrações regionais, a quem cabe checar as licenças de funcionamento.

As práticas ilegais da venda irregular do gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de cozinha, ocorrem de muitas maneiras no DF, principalmente nas cidades mais afastadas do Plano Piloto. As irregularidades vão desde a abertura de revenda sem registro até pessoas que vendem o produto de porta em porta e guardam os botijões em locais inadequados, como em áreas residenciais e sem seguir os padrões de segurança exigidos. O Correio fez flagrantes de revendas sem a devida autorização no Paranoá e no Itapoã — local em que a equipe encontrou botijões empilhados próximos a um varal de roupa. No Paranoá, imagens aéreas enviadas por denúncia anônima mostram os vasilhames dentro de caminhões estacionados em um ferro velho.

Como a atividade é ilegal, os endereços mudam com facilidade. Em Samambaia, por exemplo, havia um ponto de distribuição de gás em área residencial até dezembro do ano passado. Entretanto, os vizinhos disseram à reportagem que o ponto foi desmontado. Mesmo em alguns endereços com autorização da ANP, os produtos estão alocados de forma equivocada, por causa da pouca fiscalização.

Segundo o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás) e a Abrasgás, a prática irregular que mais tem crescido é a feita de porta em porta porque, neste caso, não necessita de um endereço comercial para agir, o que deixa a irregularidade mais capilarizada e difícil de ser rastreada pelas autoridades competentes. Nesse caso, o agente não tem autorização da ANP nem licença de funcionamento emitida pelas administrações regionais — o que evidencia a vulnerabilidade à qual o consumidor está exposto. “Com o desemprego no Brasil, percebemos o aumento dessa atividade”, diz Sergio Bandeira de Mello, presidente do Sindigás.

Perigo

O esquema funciona assim: a pessoa produz ímãs de geladeira ou panfletos com números de telefone e coloca na caixa de correio ou debaixo da porta do consumidor, que entra em contato, pede o gás e, muitas vezes, não questiona a procedência do produto, que pode ser ou não adulterado — em alguns casos, o botijão pode ter sofrido transvazamento, que é a prática de dividir o volume de gás entre dois vasilhames. A prática é proibida no Brasil por causa da grande chance de explosão do produto.

Além da possibilidade de adulteração do produto, o risco da revenda ilegal está na vizinhança. Mesmo que o vendedor irregular compre o botijão de outro revendedor e não o adultere, como ele não tem o devido registro e orientação,

estoca o produto fora dos padrões de segurança, sem cumprir, por exemplo, a distância e a ventilação necessárias, causando risco para os vizinhos.

“Nem sempre o produto que o ilegal vende tem vício. Muitas vezes, ele compra de outro, que tem autorização e revende sem nota fiscal”, explica Sergio, presidente do Sindigás. “O que temos são dois problemas de segurança: o de entrar um desconhecido na casa da pessoa e, principalmente, o do vizinho dessa pessoa que revende o gás de forma clandestina, porque o armazenamento não é correto e pode causar explosão”, complementa.

Para Sergio, a vulnerabilidade do consumidor na compra de gás é maior do que em outros produtos derivados do petróleo, como a gasolina. “O consumidor de gás não vai até o ponto de venda, como o de combustível, então, ele não vê como o botijão está armazenado. Com isso, fica mais exposto.”

Concorrência desleal

Para a Abrasgás e o Sindigás, o revendedor que vende quantidades acima da média para uma única pessoa também está conivente com a prática irregular, porque está atuando como atacadista, o que é proibido por legislação, criando um ambiente de concorrência desleal. “As distribuidoras fazem mapeamento de demanda. Elas não colocam 50 empresas em um mesmo bairro porque isso cria um canibalismo. É preciso acabar com essa prática urgente”, opina Jonathans Garcia, presidente da Abrasgás. Segundo ele, os irregulares acabam prejudicando quem está na formalidade porque conseguem fazer preços um pouco mais baixos, uma vez que não emitem nota fiscal.

A ANP informou que a sua atribuição é a de fiscalizar o mercado regular. Afirmou ainda que atua contra as revendas clandestinas apenas quando recebe denúncias de outros órgãos do governo, de entidades do setor ou dos consumidores, e conta com apoio policial. Segundo a agência, em três anos, foram fechadas quatro revendas irregulares. Atualmente, são 571 autorizadas no DF.

A Agefis comentou que vai começar ainda este mês uma programação fiscal, em todos os locais que comercializam o GLP, para verificar as licenças de funcionamento. A ação vai começar em 21 de fevereiro e deve durar um mês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner, Rafael Bitencourt e Rodrigo Polito

Título: Conteúdo local terá 'macrossegmentos'

O governo está perto de superar divergências internas e bater o martelo nas novas regras de conteúdo local para a 14ª rodada de licitações de petróleo e gás.

Uma proposta de conciliação foi costurada nos últimos dias por iniciativa de duas pastas: o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). Em vez de um índice global para o cálculo de nacionalização de bens e serviços, como desejavam as petroleiras, a proposta prevê a criação de seis "macrosegmentos" de exigências.

Como há diferenciação entre blocos no mar e em terra, cada contrato teria quatro segmentos, no máximo. Hoje as exigências estão detalhadas em cerca de 90 itens e subitens, o que cria um cipoal de regras e gera uma proliferação de certificadoras para comprovar se cada exigência contratual foi seguida à risca.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, as discussões "caminham para um ponto de convergência" e uma definição final pode ocorrer na próxima quarta-feira. A expectativa era que houvesse um entendimento ainda ontem, em reunião na Casa Civil, mas ficou pendente uma questão que "surtiu lá na hora", segundo Coelho Filho.

Na proposta elaborada pelo MME e pelo Mdic, a tentativa foi encontrar um caminho intermediário entre os pedidos das operadoras de petróleo por redução das atuais exigências e as fortes pressões da indústria nacional por moderação no grau de abertura a fornecedores estrangeiros.

Nas áreas "onshore", seriam exigidos dois índices globais, ambos de 50%. Um valeria para a etapa de exploração; outro, para a etapa de desenvolvimento - mas com cálculos segregados.

Prevalece, no entanto, a ideia de ter índices segmentados nos blocos "offshore". Na fase de exploração, haveria uma exigência mínima de 18% para a nacionalização de bens e serviços na fase de exploração. A fase de desenvolvimento ficaria com 25% na construção de poços marítimos e passaria para 40% nas atividades de escoamento e produção, o inclui os sistemas submarinos, conhecidos no mercado como "subseas".

A única indefinição gira em torno do percentual nas unidades estacionárias de produção (plataformas marítimas). Essa fase é vista como fundamental para o desenvolvimento tecnológico da indústria e, por isso, ainda não houve consenso. Três percentuais são discutidos: 15%, 25% ou 30%.

Para efeito de comparação: na 13ª rodada de licitações, que ocorreu em 2015, o conteúdo local exigido para áreas em terra variava de 70% a 77%. Para blocos "offshore", as exigências mínimas ficavam entre 37% e 51% na fase de exploração; na etapa de desenvolvimento, de 55% a 63%.

"É evidente que vai ter uma flexibilização. Não vamos continuar nos índices praticados hoje em dia", disse o ministro Coelho Filho, após a reunião ontem na Casa Civil. Para ele, a definição será capaz de garantir atratividade dos leilões de campos exploratórios e reaquecer a produção nacional local de bens e serviços.

"É um avanço em relação ao início das discussões, mas com índices inferiores aos que estávamos pleiteando", afirma o diretor de competitividade e tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz. Ele é porta-voz do Movimento Produz Brasil, que reúne federações estaduais, associações da indústria e sindicatos de trabalhadores que defendem as exigências de conteúdo local.

Para conquistar o apoio dos fornecedores que ainda relutam contra a redução dos segmentos, a proposta de "conciliação" também inclui colocar à mesa estímulos para pesquisa e desenvolvimento, ampliando o acesso a recursos já disponíveis para menos empresas, e equiparação tributária com concorrentes no exterior.

Já as petroleiras vão obter, conforme pediam, a prorrogação do Repetro por 20 anos. O regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens e serviços para petróleo e gás vai ter sua validade estendida de 2019 para 2039. Essa sinalização já vinha sendo dada pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff, mas não foi formalizada até agora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Consumo de combustível deve voltar a crescer este ano, projeta ANP

Após dois anos consecutivos de queda, o mercado de combustíveis do Brasil deverá retomar trajetória de crescimento neste ano, de acordo com a expectativa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Segundo o diretor-geral da autarquia, Décio Oddone, o aumento do consumo de derivados de petróleo em 2017 deverá vir a reboque da melhora da situação econômica.

"Esperamos que já em 2017 tenhamos uma retomada do mercado de combustíveis. Um crescimento que virá com maior intensidade, esperamos, a partir do ano que vem", afirmou Oddone, após seminário da ANP sobre o mercado de combustíveis.

Segundo ele, ainda é "muito prematuro" prever o crescimento do consumo neste ano, mas o indicador acompanhará o ritmo da economia. "Na medida em que o

crescimento do PIB aumente, o consumo de derivados [de petróleo] acompanha."

As vendas de combustíveis no país em 2016 caíram 4,5% em relação ao ano anterior, totalizando 135,436 bilhões de litros. Em 2015, o mercado já havia recuado 1,9%. As maiores quedas foram na venda de óleo combustível (-32,4%), devido à redução da demanda das usinas termelétricas e indústrias; e de etanol hidratado (-18,3%), por conta da elevação do preço. Mais competitiva em relação ao etanol, a gasolina C (comercializadas nos postos de combustíveis) vendeu 4,6% mais.

A importação líquida de gasolina aumentou 18,5% em 2016, para 2,204 bilhões de litros. Na mesma comparação, a importação líquida de diesel cresceu 8,5%, totalizando 7,442 bilhões de litros no ano. Segundo Oddone, a tendência é que o volume de importações de combustíveis aumente nos próximos anos, dado que não está prevista a construção de novos projetos de refino no país.

"Quando você olha os planos de longo prazo do governo, há previsões que, a depender da demanda e do crescimento da economia, vamos importar um volume maior de derivados", disse o diretor. "Isso [o déficit] vai permitir que lá no futuro se retome novamente investimentos em projetos de refino no Brasil".

A ANP detectou queda da participação da Petrobras no total de combustíveis importados no ano passado. A fatia da estatal nas importações de diesel caiu de 83,6%, em 2015, para 15,8% em 2016. De acordo com a autarquia, a importação responde por cerca de 12% do mercado total de diesel do país.

Com relação à gasolina, a participação da Petrobras nas importações do combustível recuou de 83,7%, em 2015, para 15,8% em 2016. Segundo a ANP, a importação responde por cerca de 8% do mercado total da gasolina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: ESPECIAL

Autor: Arícia Martins

Título: Setor extrativo volta a ajudar economia este ano

A recuperação da indústria esperada para este ano deve contar com mais uma ajuda: depois da redução de 9,5% observada em 2016, economistas avaliam que a produção do setor extrativo mineral vai voltar ao campo positivo. Além da baixa base de comparação do ano anterior, a alta será resultado da entrada em operação de novas plataformas da Petrobras e da maturação de investimentos importantes da Vale, apontam analistas.

Apesar da forte queda na média do ano, a atividade do setor voltou a crescer nos últimos meses de 2016. Enquanto a produção da indústria de transformação caiu 1,1% entre o terceiro e o quarto trimestres, feitos os ajustes sazonais, a indústria extrativa avançou 2% em igual comparação. Para economistas, a alta vai continuar nos primeiros meses de 2017, o que terá impacto positivo sobre o Produto Interno Bruto do primeiro trimestre, ainda que reduzido. Nos cálculos do Ibre-FGV, o PIB da indústria extrativa vai aumentar 4,6% de janeiro a março, na comparação com igual período de 2016.

O peso do segmento extrativo nas Contas Nacionais, no entanto, é pequeno, de apenas 1,4%, considerando dados do IBGE até o terceiro trimestre de 2016. Ao fim de 2015, a participação era maior, de 2,1%. Segundo economistas, a importância da indústria extrativa na economia diminuiu em função do desastre da Samarco em 2015, que interrompeu a produção da mineradora. É considerado pouco provável que a empresa retome as operações neste ano, mas, caso isso ocorra, o desempenho do setor extrativo pode ser ainda melhor.

Só a saída do impacto do acidente da Samarco da base de comparação já terá efeito positivo sobre a atividade da indústria extrativa mineral, afirma Francisco Pessoa, economista da LCA Consultores. "Só isso já gera um crescimento entre 3% e 5% da indústria extrativa", estima Pessoa, que não inclui em seu cenário a volta à atividade da subsidiária da Vale. Caso a Samarco volte a produzir, as projeções da LCA para a variação da produção do segmento extrativo em 2017 serão revistas para cima.

As perspectivas para a extração de petróleo também são favoráveis, afirma o economista, uma vez que quatro unidades de produção da Petrobras devem começar a operar este ano: Tartaruga Verde, Tartaruga Mestiça, Lula Norte e Lula Sul. Também são aguardados novos testes de poços em Libra.

Medida pela Agência Nacional Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a produção nacional da commodity bateu recorde no ano passado ao crescer 2,9% sobre 2016 - para 2,509 milhões de barris diários, em média. O desempenho foi impulsionado principalmente pelos projetos do pré-sal, que já é responsável por 40% de toda a produção de óleo e gás no país.

A alta na produção de petróleo em 2017 deve ser ainda maior no cenário da Tendências Consultoria, de 6,5%, em função da maturação de novas unidades inauguradas pela Petrobras em 2016 e, também, da entrada em operação de outras quatro unidades de exploração. "O Brasil deve ser um dos principais contribuintes para a expansão da oferta global de petróleo", diz o analista Felipe Beraldi.

Para a Agência Internacional de Energia (AIE), a produção vai aumentar para 2,85 milhões de barris por dia em 2017, mas, como o consumo tende a ser ainda baixo, especialmente do setor industrial, a expansão prevista para a oferta de petróleo deve superar o aumento da demanda.

Outra ressalva a ser feita é a situação financeira ainda frágil da Petrobras, acrescenta Beraldi, além das complicações que a estatal ainda enfrenta devido à operação Lava-Jato. "Esses são fatores limitantes a um crescimento mais forte da produção de petróleo", disse.

Do lado da extração de minério de ferro, as expectativas são bastante positivas para este ano, observa o economista da Tendências, ainda que a forte ascensão das cotações da commodity observada até agora deva ser revertida mais à frente. O destaque nessa área é o S11D, maior projeto de minério da história da Vale, inaugurado em janeiro pela companhia. Localizada no sudeste do Pará, a mina tem capacidade de produção de até 90 milhões de toneladas anuais.

Para Júlio Mereb, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), a expansão de 1,3% esperada para o PIB do setor extrativo em 2017 ocorrerá mais em função da base de comparação fraca do ano anterior, fortemente afetado pela paralisação da produção da Samarco. O efeito estatístico será positivo principalmente no último trimestre deste ano, afirma Mereb, para quem o PIB do setor deve ter pequena alta entre o quarto trimestre de 2016 e o primeiro deste ano, de 0,2%.

Apesar do peso pequeno deste componente no PIB, o setor extrativo dará contribuição positiva à atividade, aponta o economista, ajudando também na retomada da indústria. Dentro da produção industrial, o peso do setor extrativo é maior, de cerca de 10%, observa Mereb.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Desafios aproximam Petrobras e Pemex

Em alguns muros nos bairros menos abastados da capital mexicana ainda é possível ver pichações com as palavras de ordem "Abaixo o Gasolinazo". Há cerca de um mês, no início de janeiro, protestos populares se espalharam por todo o país contra o reajuste de 20% dos preços da gasolina e deixaram seis pessoas mortas durante os confrontos com a polícia. Em linha com o novo plano de negócios da estatal Pemex, que prevê eliminar as perdas no refino e alcançar um "equilíbrio financeiro" até 2019, a liberação dos preços dos combustíveis, no

México, se dá meses após a Petrobras anunciar sua nova política de preços dos combustíveis - baseada na paridade com os preços internacionais.

Estatais símbolos da soberania nacional e principais produtoras de petróleo de seus respectivos países, seguem planos de negócios focados no controle da dívida e na prática de preços de mercado. Para muito além da semelhança dos nomes, a Petróleo Brasileiro (Petrobras) e a Petróleos Mexicanos (Pemex) passam por um momento de reestruturação muito parecido.

Com limitações na capacidade de levantar recursos, as duas companhias buscam sócios com quem dividir pesados investimentos em águas profundas, num momento em que a indústria de óleo e gás, tanto no México quanto no Brasil, se reabrem para as petroleiras estrangeiras.

Irmãs latino-americanas, Petrobras e Pemex compartilham os desafios de renovar suas respectivas produções. As duas empresas apostam em projetos custosos em águas profundas para compensar o declínio da produção de suas principais fontes de produção: o pós-sal da Bacia de Campos, no caso da brasileira, e do campo de Cantarell, da Pemex, que já chegou a ser um dos maiores de todo o mundo, com uma produção de 2 milhões de barris/dia em 2004, mas que hoje produz cerca de 200 mil barris diários de petróleo.

Para prolongar a vida útil do campo, a Pemex investiu na instalação de uma nova plataforma com tecnologia de compressão de gás no local. A unidade foi batizada de "Agosto 12", uma homenagem ao dia em que o presidente mexicano Enrique Nieto promulgou, em 2014, a lei que pôs fim ao monopólio da Pemex e reabriu o mercado de óleo e gás mexicano - fechado desde as reformas nacionalistas de 1938.

Além de promover rodadas de licitação de blocos exploratórios, o governo mexicano tem buscado atrair investimentos privados também a partir de um programa de parcerias com a Pemex. Sem recursos para investir em águas profundas, a estatal mexicana tem recorrido a alianças com novos sócios, a exemplo do programa de venda de ativos e parcerias da Petrobras.

Em dezembro do ano passado, a Pemex firmou um acordo de US\$ 624 milhões com a BHP Billiton, para venda de uma fatia de 60% na área de Trion, no Golfo do México, além de parcerias com a Chevron e Inpex para participação em leilões de águas profundas no país. A Petrobras, por sua vez, fechou acordos com a francesa Total, para venda de participação e investimentos conjuntos em Iara (pré-sal da Bacia de Santos), e com a norueguesa Statoil, para avaliar oportunidades de investimentos na recuperação de campos maduros.

"Sem dúvida o momento dos dois países é muito parecido, mas é impressionante como o processo de abertura do setor no México se dá numa velocidade mais acelerada que em outros países", diz Alexandro Berentsen, diretor de Óleo e Gás da Siemens no México.

Brasil e México vivem um momento de reabertura do setor e tem fomentado uma recente competição por investimentos.

O governo brasileiro pretende promover dois leilões do pré-sal este ano - os primeiros após o fim do monopólio da operação da Petrobras na operação dos campos leiloados sob regime de partilha.

Já o México promete realizar sua segunda rodada de licitações, depois do sucesso da primeira edição - que atraiu mais de US\$ 1,5 bilhão em compromissos de investimentos por parte de grandes petroleiras internacionais, como Total, Chevron, Statoil e ExxonMobil.

Pablo Medina, analista da Wood Mackenzie, explica que, num cenário de preços mais baixos da indústria como hoje, as petroleiras têm menos caixa para investir e Brasil e México passam a competir por investimentos. Ele destaca que, geologicamente, o pré-sal é muito atrativo, mas lembra que o governo brasileiro precisa apresentar um edital convincente e dar sinais regulatórios positivos. A inspiração, segundo o consultor, deveria ser justamente o México.

"A abertura de mercado no México foi em boa parte inspirada no Brasil, mas teve o mérito de se adaptar rapidamente e tornou as regras mais atrativas a investimentos depois da queda do preço do barril, trabalhando, por exemplo, com exigências de conteúdo local mais baixas", afirmou Medina, lembrando do fracasso brasileiro ao tentar atrair investimentos durante a 13ª Rodada, em 2015, por falta de um edital mais adequado à realidade do mercado na ocasião.

O repórter viajou a convite da Siemens

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Eólica da Rio Energy recebe R\$ 850 milhões do BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um financiamento de R\$ 847,9 milhões para a construção do Complexo Eólico Serra da Babilônia, na Bahia, operado pela Rio Energy.

Localizado nos municípios baianos Morro do Chapéu e Várzea Nova, o empreendimento terá 223,25 megawatts (MW) de potência, a partir de 95 aerogeradores da Wobben. A energia foi vendida no leilão de reserva (LER) de novembro de 2015 e o prazo de entrada em operação comercial é novembro de 2018.

O financiamento representa cerca de 57% do R\$ 1,5 bilhão que o projeto deve exigir. Segundo Marcos Meireles, presidente da Rio Energy, o restante deve ser financiado com capital próprio, mas a empresa também possui a opção de emitir cerca de R\$ 180 milhões em debêntures de infraestrutura. A abertura para isso está no contrato com o BNDES.

"É um movimento que o BNDES fez para tentar incentivar o mercado de capitais, tirando um pouco do peso do banco", disse Meireles. Segundo ele, a decisão se a empresa vai ou não fazer a emissão dependerá do custo e das condições de mercado.

Com esse ativo, a Rio Energy, que já tem dois complexos eólicos que somam 261 MW em operação na Bahia e no Ceará, vai se aproximar de 500 MW de potência. "É um projeto muito importante, quase dobra nossa capacidade no país, nos colocando entre as 10 maiores eólicas do país", afirmou Meireles.

A Rio Energy foi fundada em 2012 e tem como investidor o fundo americano de private equity Denham Capital, que tem o setor de energias renováveis como um de seus principais focos.

Os dois complexos eólicos da companhia em operação - Itarema, no Ceará, e Caetité, na Bahia - somaram investimentos de R\$ 1,5 bilhão. No total, os aportes chegam a cerca de R\$ 3 bilhões, quando considerado o complexo que está em construção.

Aproximadamente metade do montante investido veio do Denham Capital, que já aportou US\$ 450 milhões nos negócios da Rio Energy. Segundo Meireles, a companhia tem alguns investimentos diretos de cotistas do fundo, já são considerados nesse valor total que foi desembolsado.

A Rio Energy tem ainda 2 gigawatts (GW) de projetos em carteira para desenvolver.

De acordo com a empresa, o projeto Serra da Babilônia deve gerar ainda 1,4 mil empregos diretos e 3 mil indiretos durante a sua construção. O banco de fomento destaca ainda que o empreendimento deverá atrair investimentos e incrementar o desenvolvimento socioeconômico de sua área de influência.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes****Título: Cosan prevê desempenho mais forte em 2017**

A Cosan projeta melhora do resultado operacional consolidado em 2017, com expectativa de alta do indicador em todas as operações. Para este exercício, ela estima resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) proforma entre R\$ 4,75 bilhões e R\$ 5,25 bilhões, comparável a R\$ 4,5 bilhões em 2016.

Para a receita líquida proforma, a expectativa é a de que o número final se situe no intervalo de R\$ 45 bilhões a R\$ 48 bilhões, frente aos R\$ 47 bilhões apurados no ano passado.

A Raízen Combustíveis deve ter Ebitda ajustado anual de R\$ 2,7 bilhões a R\$ 3 bilhões, comparável a R\$ 2,8 bilhões em 2016. Os investimentos podem subir para R\$ 800 milhões e R\$ 1 bilhão, frente a R\$ 797 milhões no ano passado.

A Cosan registrou lucro líquido de R\$ 178,3 milhões no quarto trimestre, queda de 70,9% na comparação anual. O ganho líquido, consolidando 50% da Raízen, joint venture com a Shell, somou R\$ 1,04 bilhão, alta de 78,6%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza e Ivo Ribeiro****Título: Vale terá executivo de mercado, diz Temer**

O presidente Michel Temer não vai interferir na troca de comando da Vale, prevista para maio, quando termina o atual contrato, de dois anos, de Murilo Ferreira. Em reunião na terça-feira na capital federal com os presidentes do Bradesco e do Banco do Brasil, Temer garantiu que a escolha do novo executivo para o comando da mineradora não terá ingerência política e a decisão vai considerar critérios de mercado.

O teor da conversa, que sacramentou o aval do governo aos principais acionistas Vale para definirem a escolha do novo comandante, foi relatada pelo presidente da República ao vice-governador de Minas Gerais, Antônio Andrade, em entrevista ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor.

Andrade - ex-ministro da Agricultura no governo de Dilma Rousseff (PT) - é também o atual presidente do PMDB mineiro. O partido desde o ano passado

fazia gestões para a substituição do presidente da Vale, principalmente depois do desastre ambiental em barragem da Samarco, empresa controlada da Vale em Mariana (MG). Recentemente, o senador Aécio Neves (PSDB de Minas) também entrou na disputa para influenciar na troca de Ferreira, conforme relatou reportagem do Valor nesta semana.

"O presidente Temer disse que chegou a cogitar que a bancada do PMDB e o Aécio poderiam se juntar para indicar alguém. Mas disse que conversou com o Trabuco [Luiz Carlos, presidente do Bradesco] e com o Caffarelli (Paulo Rogério, presidente do BB) e disse: 'resolvi que vamos indicar um homem de mercado'", relatou Andrade. Segundo ele, Temer afirmou nunca ter tratado do assunto com o senador tucano.

O Bradesco, por meio de sua companhia de investimentos, a Bradespar, faz parte do bloco de controle da Vale, com participação de 21% das ações com direito a voto da Valepar, holding que tem o controle da mineradora. A Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, integra, juntamente com outros fundos (Funcef e Petros), a Litel - veículo que tem 49% da Valepar.

Outros dois acionistas que integram o acordo de acionistas da companhia são a japonesa Mitsui, com 18%, e o BNDES, com 11%.

"Na conversa que eu tive com o presidente Temer, ele disse que a Vale vai ter um presidente que será uma pessoa de mercado. Não vai ser indicação nem do Aécio nem indicação do PMDB", contou Andrade. "Ele disse que a Vale tem ações em bolsas no exterior e que tem que ser um homem de mercado", declarou o vice-governador mineiro. Ele disse ter conversado com o presidente da República na quarta-feira à tarde.

"Pela conversa com o presidente Temer, me pareceu que o Murilo vai sair. Se ele está falando em indicar um nome de mercado, entendi que vai ser outra pessoa", disse o vice-governador, observando que Temer, entretanto, não chegou a declarar que já está definida a saída do executivo. Porém, o Valor apurou que essa tarefa ficou delegada aos acionistas controladores, com Previ à frente por ser a principal sócia e ter a presidência do conselho de administração da Vale. Assim, não deve ser renovado o contrato de Ferreira, que vence no início de maio. Ele está no cargo desde 2011.

Outro fator que reforça a mudança de comando é a renovação do acordo de acionistas, em vigor desde maior de 1997, data da privatização. Segundo uma fonte a par do processo - já em estágio final -, em uma nova estrutura societária, que deixará a empresa mais leve, é natural que se busque uma nova estrutura de gestão.

As negociações entre Previ, Bradesco, Mitsui e BNDES começaram em meados do ano passado. Um dos caminhos, conforme noticiou o Valor recentemente, é um acordo com duração de até seis anos. Além disso, foi discutida a migração das atuais ações preferenciais e ordinárias da empresa para um único tipo - ordinárias com direito a voto. O prazo mais curto e a unificação dos papéis são o cenário mais provável.

O acordo deve refletir a busca por aperfeiçoamentos na governança da Vale. Para isso, foi contratada consultoria especializada.

Bradesco e Previ não se manifestaram sobre as mudanças na Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas

Título: Mineradora bate recorde na produção de minério de ferro

Os recordes de produção nos principais segmentos de negócios da Vale em 2016 - minério de ferro, pelotas, cobre e níquel, à exceção do carvão -, divulgados ontem, confirmaram o bom momento vivido pela mineradora após longo período de dificuldades marcado pela queda nos preços das commodities. A produção de minério, principal produto da companhia, atingiu volume recorde de 348,8 milhões de toneladas em 2016, alta de 0,9% sobre 2015. O número ficou perto do teto da meta fixada para o ano passado, de 350 milhões de toneladas. Para 2017, a Vale reafirmou um intervalo entre 360 milhões e 380 milhões de toneladas de minério. E confirmou que, a partir do fim de 2018, deverá produzir 400 milhões de toneladas anuais da commodity.

O resultado recorde na produção de minério em 2016 foi determinado por "sólida" operação em Carajás, na região Norte, dentro da estratégia que vem se tornando um "mantra" na companhia de privilegiar margens ao invés de volumes. Essa política operacional inclui a paralisação ou redução da produção em minas menos eficientes em Minas Gerais, o que vem ocorrendo desde 2016. Só no quarto trimestre, Carajás produziu 40,5 milhões de toneladas de minério, alta de 11,1% sobre igual período de 2015. No ano todo, a produção da Vale nas minas de ferro do Pará atingiu 148,1 milhões de toneladas, outro recorde, com alta de 14,3% sobre 2015.

Ao mesmo tempo, o volume produzido no sistema sudeste, em Minas Gerais, somou 102,7 milhões de toneladas ao longo de 2016, com queda de 9,1% em relação ao ano anterior. Já o sistema sul, também em Minas, produziu 95,6 milhões de toneladas, redução de 3,1% sobre 2015. Os números recordes na produção deverão ser referendados por bons indicadores operacionais e

financeiros na quinta-feira, quando a empresa divulga o balanço do quarto trimestre de 2016. A mineradora deverá reportar lucro.

A corretora Itaú BBA espera que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) do negócio de minerais ferrosos da Vale tenha atingido US\$ 42 por tonelada no quarto trimestre, quando o preço do minério no mercado à vista da China ficou em US\$ 70 por tonelada. A alta nos preços no começo de 2017 contribuiu com um cenário favorável para as mineradoras, inclusive com alta das ações. Nos últimos dias, o preço do minério de ferro rompeu a barreira dos US\$ 90 por tonelada no mercado à vista chinês. Na visão de alguns analistas, a Vale é hoje mais "resiliente" do que há um ano e as perspectivas tendem a ser positivas, mesmo que os preços do minério não se mantenham nesse patamar ao longo do ano.

O ponto negativo do relatório de produção foi o desempenho aquém do esperado no carvão. A mina de Moatize, em Moçambique - a grande aposta da Vale no segmento -, produziu apenas 5,5 milhões de toneladas no ano passado, abaixo da meta de 10 milhões de toneladas anunciada no encontro com investidores em Nova York, no fim de 2015. No quarto trimestre, a produção total de carvão da Vale ficou em 1,7 milhão de toneladas, alta de 8,8% em relação ao mesmo período de 2015. A operação no carvão foi, porém, negativamente impactada pela venda, em novembro, de Carborough Downs, na Austrália. A Vale já vinha se desfazendo de suas operações de carvão no mercado australiano vendendo as minas por valor simbólico, em alguns casos, mas estancando prejuízos.

Analistas de bancos consideraram uma surpresa positiva a produção dos metais básicos. A produção de níquel atingiu 311 mil toneladas, alta de 7% sobre 2015. O volume produzido de cobre foi de 453 mil toneladas no ano passado, aumento de 6,9% sobre 2015.

No minério de ferro, ainda há dúvidas no mercado se a Vale poderia acelerar a produção do S11D, projeto que entrou em operação comercial em janeiro em Carajás, caso os preços continuem subindo. A Vale já negou que essa seja sua intenção e até refez o cronograma de crescimento da produção do S11D, prevendo atingir a capacidade do projeto em quatro anos, o dobro do prazo original. O gargalo do sistema operacional no norte continua sendo a logística.

A Vale reafirmou que pretende continuar aumentando o volume de estoques no exterior, em sua cadeia logística.

MME / ASCOM .